

1 **RESUMO EXECUTIVO DA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016**

2 **Data:** 20 de maio de 2016

3 **Horário:** 9h00

4 **Local:** SABESP Ponte Pequena (Espaço Vida – Auditório Sibipiruna) - Av. do Estado, 561 -
5 Bom Retiro - São Paulo - SP

6 **Conselheiros presentes conforme lista de presença arquivada na Secretaria Executiva:**

7 **SEGMENTO ESTADO**

8	Amauri Pollachi	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos
9	Carlos Eduardo Nascimento	Empresa Metropolitana de Águas e Energia – EMAE
10	Claudete Marta Hahn	Fundação Florestal
11	Gerson Salviano Almeida Filho	Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT
12	Gilson Guimaraes	CETESB
13	Jefferson Alexandro Smario	Casa Militar (Defesa Civil)
14	Eduardo Trani	Secretaria do Meio Ambiente
15	Laura Stela Naliato Perez	Secretaria do Meio Ambiente
16	Leila Tendrih	Secretaria de Planejamento e Gestão
17	Letícia Roberta Trombeta	EMPLASA
18	Rubens José Mario Junior	Secretaria da Saúde
19	Marcelo Poci Bandeira	Secretaria de Logística e Transportes / Dep. Hidroviário
20	Mônica Therezinha B. Rossi	CDHU
21	Seica Ono	Departamento de Água e Energia Elétrica – DAEE
22	Sérgio Luiz Damiani	Secretaria Estadual de Educação
23	Hélio Rubens Figueiredo	SABESP
24	Silvana Maria Franco Margatho	Secretaria da Agricultura e Abastecimento

25
26 **SEGMENTO MUNICÍPIOS**

27	André Luiz da Costa Saraiva	Salesópolis
28	Antonio Carlos Nery Pinho	Mairiporã
29	Edson José de Barros	Guarulhos
30	Francisco Nascimento de Brito	Embu das Artes
31	Vanessa Apolinário	Santana de Parnaíba
32	João Carlos Piscirilli Ramos	Embu das Artes
33	João Ricardo G. Caetano	São Bernardo do Campo
34	Luciane Regis Laraia Alegre	Cotia
35	Magner Alandey Dantas da Silva	Santo André
36	Marcelo Rodrigues da Motta	Itapecerica da Serra
37	Marco Antonio Palermo	São Paulo
38	Oslair Rodrigues Almeida	Ribeirão Pires
39	Osmar Silva Filho	São Caetano do Sul
40	Solange Wu Franco Ribeiro	Salesópolis

41
42 **SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL**

43	Carlos Américo Kogl	Sindicato dos Arquitetos de São Paulo - SASP
44	Cristiane Lima Cortez	FECOMERCIO-SP

45	Francisca Adalgisa da Silva	APU
46	Francisco de Assis R. Além	CIESP São Paulo
47	Francisco Silveira Mello Filho	SINDAREIA
48	Hillmann Carlos Henrique Albrecht	CIESP Cotia
49	José Roberto Terassi	ACISE
50	Jumara Bocatto	Ass.dos Engenheiros e Arquitetos de Itapeperica da Serra
51	Olavo Alberto Prates Sachs	AE SABESP
52	Osni de Mello	SINDIPEDRAS
53	Ricardo Ferraz	CIESP - Oeste
54	Ronaldo Sérgio Vasques	FIESP
55	Shindi Kiyota	UNIÁGUA
56	Wilson Roderval Pereira	Cons. De Proteção ao Meio Ambiente de Osasco -
57	CPMAO	

58

59 **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS**

60	Cristiane Teresinha Marins	SAAE Guarulhos
61	Edésio Gersel Brancatti Rocca	SENAI
62	Genaro Sória	Secretaria da Educação
63	Jaderson José Spina	Santana de Parnaíba
64	Karin Kelly	Ribeirão Pires
65	Laura Gonçalves	CIESP Distrital Oeste
66	Leonardo Rafael Musumeci	SEMASA Santo André
67	Sergio Antonio da Silva	SABESP
68	Silene Bueno de Godoy Purificação	SENAC
69	Tatiana Barros	Ministério Público do Estado de São Paulo
70	Vanessa Dias	SINDUSCON

71

72 **1.Abertura:** Francisco Além (Vice-Presidente) abriu a reunião, constatando a existência de
 73 quórum e justificou o atraso do então presidente, Sr. Francisco Nascimento de Brito do qual
 74 chegou logo em seguida, se desculpou pelo atraso e prosseguiu com a reunião. Agradeceu à
 75 SABESP pela sessão do espaço elogiando o conforto do mesmo. **2. Expediente,**
 76 **Comunicações e Ordem do Dia:** Amauri Pollachi (Secretário) justificou que não foi
 77 distribuído a minuta da Ata da reunião anterior devido ao curto intervalo de tempo, 17
 78 (dezessete) dias entre a reunião anterior e a presente e também o recebimento da gravação
 79 ter sido em mesma data de envio ao convite da presente reunião. Quanto aos expedientes de
 80 maior relevância destacou (i): a carta recebida pelo Movimento em Defesa da Vida – MDV, do
 81 qual solicita uma série de informações e requerimentos no que se refere ao Projeto de Lei
 82 192/2016, relativo ao Plano Estadual de Recursos Hídricos informando que foi encaminhado
 83 ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos para conhecimento e providências cabíveis; (ii): a
 84 solicitação do ministério público relativo ao anteprojeto de Lei Específica do Alto Tietê
 85 Cabeceiras e foi respondido sobre a existência da mesma; (iii): carta do Instituto Ecoar com
 86 proposta de apresentação à este Comitê do programa “Cultivando Água Boa” se tratando de
 87 um programa de Educação Ambiental e também de recuperação das nascentes e foi
 88 respondido que a diretoria do Comitê irá, posteriormente, avaliar melhor data para esta
 89 apresentação; Comentou também sobre o processo Fehidro 2016 informando a entrada de 29
 90 (vinte e nove empreendimentos) nos quais 27 (vinte e sete) foram considerados habilitados
 91 nesta primeira etapa (etapa A). Informou que as Câmaras Técnicas estão em processo de
 92 análise da Etapa B e o resultado deverá ser publicado na página do comitê até 31 de maio
 93 deste ano. Carlos Alberto Pinheiro de Souza (ACISE) solicitou esclarecimento referente ao

94 expediente do Tribunal de Justiça de Embu Guaçu e Amauri respondeu que tal documento
 95 questionava se o Comitê havia recebido alguma documentação de Licenciamento ou se
 96 houve compensação de algum empreendimento referente ao loteamento que estivesse sendo
 97 executado no município de Embu-Guaçu e foi esclarecido que o Comitê não havia recebido
 98 tais informações. Roberto Terassi (ACISE) informou referente à Carta do SASP e ACISE,
 99 recebida por este Comitê informando que o conteúdo é de inteira responsabilidade de quem
 100 assina e o que foi discutido na Sociedade Civil é a pauta que está sendo solicitada. Solicitou
 101 que houvesse inversão de pauta, devido o decorrer das horas, pois o assunto referente aos
 102 critérios para seleção e indicação do presidente da FABHAT é assunto de suma importância e
 103 solicitou que este fosse apresentado primeiro em relação as outras pautas. Magner Dantas da
 104 Silva (Santo André) em relação à carta emitida pelo MDV questionou se o Comitê
 105 encaminhou a referida carta, isto é, em nome do MDV ou se o Comitê encaminhou ao
 106 Conselho de Recursos Hídricos em nome do Comitê. O presidente respondeu informando que
 107 foi encaminhado em nome do Comitê e esclareceu a data da audiência pública que será em
 108 14 de junho de 2016 e não cabe ao Comitê suspender ou pedir vistas de projetos de ação
 109 legislativa e sugeriu o agendamento de uma reunião com o relator do projeto para que o
 110 Comitê possa expor suas preocupações. Francisca Adalgisa (APU) referente à Carta recebida
 111 pelo CBH-AT do SASP e ACISE quis deixar registrado neste plenário que a APU esteve
 112 presente em uma das reuniões da Sociedade Civil e alegou que alguns temas apresentados
 113 na carta não foram discutidos nesta reunião, portanto não houve assinatura por parte da APU.
 114 Francisco Além (Vice-presidente) informou que as reuniões da Sociedade civil são reuniões
 115 preparatórias para as reuniões do Comitê. Francisco Piza (FABHAT) informou que referente a
 116 Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, existem dois Decretos do governador: (i) em
 117 relação ao concurso e (ii) contratações do dia-a-dia da FABHAT. Informou que está em
 118 andamento dentro da Secretaria por tanto todas as amarras que tornam a FABHAT impotente
 119 nas contratações estão sendo discutidas para prosseguimento dos trabalhos. Comentou
 120 também que foi iniciado o trabalho do Baquirivu-Guaçu, na parte de águas subterrâneas no
 121 qual os representantes dos municípios de Arujá e Guarulhos farão parte do grupo de trabalho
 122 além dos representantes do ESTADO envolvido com água subterrânea. Chico Brito
 123 (Presidente) esclareceu que em relação à carta do SASP e ACISE: (i): Afastamento das
 124 funções das pessoas envolvidas no Processo do Ministério Público até que se tenha o
 125 parecer final do mesmo. Esclareceu que não cabe a este Comitê afastar as pessoas por conta
 126 da denúncia ao ministério público justificando que o mesmo poderá levar 5 (cinco) anos ou
 127 mais para apurar este caso e também por não haver condenação; (ii): Sugerir ao conselho
 128 deliberativo da FABHAT que o Sr. Presidente assuma o cargo temporário do diretor-
 129 presidente em função dos afastamentos atuais. Esclarecido que se o item anterior não é
 130 cabível, este também não é; (iii): Determinar que enquanto perdurar este processo do
 131 ministério público, a FABHAT ficará proibida de contratar quaisquer trabalhos externos, que
 132 envolvam licitações e ser tomadora de projetos. O presidente ressaltou que este item não é
 133 cabível pois o ministério público não condenou a instituição. Chico Brito informou sobre as
 134 agendas e pautas previamente estabelecidas até o final de 2016 e sugeriu para que após sua
 135 explanação fossem feitas as intervenções. Após apresentação da agenda, Ronaldo Vasques
 136 (FIESP) referente ao Plano de Bacia, informou que o Comitê da baixada santista está com o
 137 caso semelhante ao da FABHAT e que eles dentro de competências técnicas internas irão
 138 finalizar este documento e comentou que a FABHAT poderia seguir o mesmo exemplo. Carlos
 139 Alberto Pinheiro de Souza (ACISE) esclareceu que planejar é sempre bom e que no decorrer
 140 do ano deverão surgir outros assuntos de pauta. Concordou com o Chico Além quando este
 141 mencionou que os assuntos discutidos na reunião da sociedade civil deverão vir ao Plenário
 142 do Comitê, caso surgissem assuntos que não foram esclarecidos. Sugeriu, em relação aos
 143 empreendimentos FEHIDRO aprovados de anos anteriores, para que os Tomadores tenham

144 um prazo de quinze minutos para apresentarem os resultados para que o Comitê fique por
 145 dentro do andamento de onde estão sendo aplicado os recursos. Carlos Kogl (SASP)
 146 solicitou, em nome do Sindicato, que a Deliberação em relação ao Plano de Bacia seja a
 147 primeira a ser discutida e não a última, de acordo com a agenda proposta, pois não deverá
 148 aceitar projetos sem o Plano atualizado e também não aceitar novos projetos enquanto os
 149 anteriores não apresentarem os resultados, conforme proposto anteriormente pelo Sr. Carlos
 150 da ACISE. Gerson Salviano (IPT) sugeriu que as entidades envolvidas no âmbito do Comitê
 151 façam apresentações mostrando qual o papel de cada entidade no que se refere aos
 152 Recursos Hídricos. Finalizadas as intervenções, o Presidente informou a impossibilidade de
 153 resolver o problema do Recurso, pois se o tribunal de contas cancelar o processo de licitação,
 154 não se sabe quando este caso poderá ser solucionado. Propôs que em 06 de junho fosse
 155 trazido para o Comitê uma proposta de dinâmica com um grupo que será formado para
 156 desencadear a elaboração do Plano de Bacia. Quanto ao “não aceitar” novos
 157 empreendimentos até que se saiba o andamento dos anteriores, o presidente comentou não
 158 ser viável pelo tempo que esta questão irá ser resolvida e não se pode perder tempo
 159 “barrando” a entrada de novos projetos justificando ser possível tanto avaliar os novos
 160 projetos como o andamento dos anteriores. Propôs criar um grupo com alguns representantes
 161 no intuito de averiguar o andamento dos projetos anteriores. João Ricardo (São Bernardo do
 162 Campo) ressaltou a importância de antes de se deliberar algum projeto, tivesse a situação de
 163 alguns projetos aprovados anteriormente para que se tenha conhecimento de onde e para
 164 quem o recurso está sendo aplicado. Carlos Alberto Pinheiro de Souza (ACISE) enfatizou a
 165 importância de se conhecer os motivos dos projetos que não foram executados devido terem
 166 sido impedidos pelo agente técnico. Chico Brito propôs marcarmos uma data em que
 167 representantes das câmaras técnicas, e os demais que quiserem participar, formem um
 168 grande grupo de trabalho de monitoramento dos projetos do FEHIDRO. Colocados em
 169 votação, os encaminhamentos propostos pelo presidente do CBH-AT foram aprovados. Em
 170 relação a proposta de inversão de pauta, feita pelo Roberto Terassi (ACISE), Francisca
 171 Adalgisa (APU) discordou devido o assunto da Câmara Técnica de Educação Ambiental já ter
 172 sido assunto em reuniões anteriores e não poderia mais ser adiado justificando todos os
 173 trabalhos já realizados pelos membros desta câmara. Jumara Bocatto (Associação dos
 174 Engenheiros de Itapeverica da Serra) sugeriu que em outras situações como esta, com dois
 175 casos importantes de pauta, fossem realizados em duas ou mais reuniões. O presidente
 176 colocou em votação a questão de manter a pauta da forma como está. Com 22 (vinte e dois)
 177 votos favoráveis e 7 (sete) contrários, manteve-se a pauta original. **3. Assuntos à Deliberar:**
 178 **3.1 - Deliberação CBH-AT 21 de 20 de maio de 2016: Cria a Câmara Técnica Educação**
 179 **Ambiental – (CTEA);** Sergio Luiz Damiani (SEE) iniciou a apresentação comentando os
 180 pontos principais tais como: (i) diretrizes legais; (ii) área de abrangência; (iii) pré-requisitos;
 181 (iv) linhas de atuação, etc. Aberto às intervenções, Carlos (ACISE) em relação ao item “j” do
 182 artigo 3º onde está mencionado “outras fontes de financiamento” solicitou exclusão. Wilson
 183 Roderval Pereira (CPMAO) sugeriu a inclusão de um item mencionando: “educação ambiental
 184 para recuperação de recursos naturais”. Magner Dantas (Santo André) sugeriu que na
 185 composição da câmara técnica, um dos membros fosse de subcomitê, de forma obrigatória.
 186 Solange Wuol (Salesópolis) esclareceu que referente aos recursos não somente oriundos do
 187 FEHIDRO, também de fontes externas era possível e mencionou a Itaipubinacional.
 188 Esclareceu também que não deveria ser obrigatória a participação de algum membro do
 189 subcomitê nesta câmara, e sim deverá ser opcional. Francisca Adalgisa (APU) concordou
 190 com Carlos (ACISE) e sugeriu, no item “j”, substituir a palavra “Bacia” do Alto Tietê por
 191 “âmbito do Comitê” do Alto Tietê. Colocada em votação, com esta alteração, a deliberação foi
 192 aprovada por unanimidade. **3.2 - Deliberação CBH-AT 22 de 20 de maio de 2016: Aprova**
 193 **critérios para seleção e indicação do Diretor Presidente da FABHAT, constitui a**

194 **Comissão do Processo Seletivo e dá outras providencias;** Chico Brito informou que será
195 apresentado, pelo Amauri, a proposta de deliberação, já apresentada em reunião anterior e
196 informou aos presentes que anotem as observações para serem esclarecidas após
197 apresentação. Amauri iniciou informando: (i): O que é a FABHAT; (ii) sua personalidade
198 jurídica; (iii) atribuições, organização e orçamentos; (iv): presidentes anteriores; (v): visitas de
199 benchmarking; (vi); embasamento na Lei nº 10.020, de 03 de julho de 1988, e no próprio
200 Estatuto do Comitê (inciso 23 do artigo 4º), etc. Comentou que a FABHAT é uma Entidade
201 Pública de direito privado, sem fins lucrativos (com estrutura administrativa e financeira
202 próprias) sediada em São Paulo e instituída pelo Estado com a participação dos Municípios e
203 Sociedade Civil. Comentou que é o braço executivo deste Comitê e que dentre de suas
204 atribuições estão: elaborar o Plano de Bacia e o Relatório de Situação, administrar os
205 recursos do FEHIDRO da Bacia do Alto Tietê, executar a cobrança, apoiar o desenvolvimento
206 de tecnologia e capacitação de pessoas das entidades de gestão de recursos hídricos e
207 outros trabalhos técnicos. Comentou que possui um organograma estabelecido e o quadro de
208 pessoal aprovado por Decreto de 2013, constituído por um presidente, dois diretores, cinco
209 cargos de livre provimento e quinze concursados, totalizando vinte e três funcionários. Quanto
210 ao presidente da FABHAT, Amauri informou que a minuta de deliberação elaborada pela CT-
211 PA propõe que deverá ser uma pessoa capaz de conduzir a FABHAT para que seja: (i):
212 entidade-modelo em gestão hídrica; (ii): referência nacional como agência de bacia; (iii):
213 dotada de corpo técnico qualificado; (iv): politicamente neutra; (v): referência de integração e
214 cooperação técnica para todos os entes do SIGRH; etc. Comentou sobre três itens principais:
215 (a): Criação e definição de atribuições da comissão do processo seletivo – CPS; (b): Proposta
216 de edital público de processo seletivo para contratação de um profissional para exercer a
217 função de presidente; e, (c): Proposição do termo de referência para contratação de empresa
218 de recrutamento e seleção que apoiará, do ponto de vista operacional, à comissão. Justificou
219 o motivo da contratação perante a quantidade de currículos que podem ser recebidos.
220 Informou que a CPS será formada por três membros de cada segmento do CBH-AT e cada
221 segmento terá direito a 1 (um) voto. Relatou referente a pendência por não ter havido
222 consenso na Câmara Técnica, quanto à submissão à Plenária a indicação, pela CPS, de 1
223 (um) candidato ou de 3 (três) candidatos. Finalizada a apresentação, Chico Brito mencionou
224 os assuntos chaves e dividiu as intervenções em três blocos: (i): A CPS; (ii): Critérios de
225 seleção e (iii): Contratação da empresa. Aberto às intervenções, João Ricardo (São Bernardo
226 do Campo) questionou se a avaliação curricular é da empresa a ser contratada, da CPS ou de
227 ambos e se o Plenário terá conhecimento da entrada de todos os candidatos ou somente o(s)
228 finalista(s). Amauri esclareceu que a CPS será a delegatária do Comitê para acompanhar
229 todo o processo e que a empresa contratada irá fazer a pontuação (olhar cada currículo e
230 pontuar de acordo com os critérios colocados no Edital) e também essa empresa irá elaborar
231 um relatório contendo uma síntese de todos os candidatos. Todos os relatórios elaborados
232 pela empresa deverão ser apreciados e aprovados pela CPS. Roberto Terassi (ACISE)
233 alegou ter entendido que estava diante de duas propostas: a proposta do qual foi apresentada
234 e uma outra proposta totalmente contrária e questionou se teria o direito de apresentar seus
235 posicionamentos. Chico Brito informou que não seria colocado em votação a proposta A ou B
236 e esclareceu que a proposta que foi apresentada foi elaborada por um grupo de trabalho e
237 demandou tempo e dedicação para tal, contudo, informou que outra proposta poderá ser
238 apresentada ao Plenário. Roberto Terassi iniciou sua apresentação convidando o Sr. Carlos
239 Kogl (SASP) para acompanhá-lo, visto que ambos defendem um posicionamento contrário ao
240 que foi apresentado anteriormente. Informou ao Plenário que estamos diante de duas
241 propostas completamente diferentes. Alegou que não está se tratando de processo seletivo e
242 sim eletivo. Informou ser um absurdo selecionar candidatos dos quais o Comitê não tenha
243 conhecimento de quem sejam não concordando com a insistência de postergação

244 enfatizando que a FABHAT está irregular há quase sete anos. Apresentou sua proposta para
245 indicação do presidente da FABHAT, destacando os seguintes pontos que o candidato deve
246 atender: (i): ter curso superior; (ii): ter atuado no CBH-AT e outros fóruns que tratam dos
247 recursos hídricos por pelo menos 3 (três) anos, observando que dentro do próprio Comitê há
248 pessoas capazes de exercer a presidência da FABHAT. (iii): não ter ocupado cargo de diretor-
249 presidente em nenhum período desde a fundação, e (iv): não ter sido membro das diretorias
250 anteriores e atual do CBH-AT. Carlos Kogl (SASP) em consideração aos quatro itens
251 propostos pelo Terassi alegou que o candidato que não for membro do Comitê poderá levar
252 seis meses ou mais tempo para se inteirar dos assuntos e nisso se perde muito tempo
253 justificando que se o próximo presidente for alguém membro do Comitê, já terá interação com
254 os assuntos podendo gerir por dois anos completos, sem perdas de tempo. Roberto Terassi
255 finalizou informando sua indignação em relação à AGEVAP, que está sendo investigada pela
256 Polícia Federal e que está sendo utilizada como referência para elaboração dos critérios.
257 Abertas as intervenções, Solange Wuotini informou que participa do Comitê do Vale do Paraíba,
258 e que a AGEVAP teve problemas graves no passado, contudo, a gestão atual tem uma
259 parceria muito grande com o MPE/ GAEMA. Carlos Alberto Pinheiro de Souza (ACISE)
260 informou que esteve presente em duas Agências de Bacias sendo a AGEVAP, situada no Rio
261 de Janeiro, que não atende à Lei 10.020/98. Esclareceu que o que está sendo questionado é
262 em comparação ao que acontece no Comitê PCJ, pois o presidente da Agência PCJ é
263 também participante do Comitê e possui bom relacionamento com o mesmo. Concordeu com
264 a proposta apresentada pelo Terassi para eleger como presidente alguém que já esteja
265 dentro do Comitê, que conheça sua estrutura e que também seja de conhecimento de todos.
266 Referente à minuta de deliberação apresentada, informou que o documento não pontua o
267 candidato que tem participação em Comitês de Bacia e sim, está como item de desempate e
268 solicitou revisão da pontuação. Informou também que o processo de seleção proposto é
269 longo, podendo prejudicar o mandato a cada dois anos. Outra questão colocada foi
270 relacionada à CPS, quanto a participação de três representantes por segmento com direito a
271 1 (um) voto por segmento sugerindo que poderiam ser 5 (cinco) representantes por
272 segmento. Questionou sobre a contratação da empresa, se será por licitação ou carta convite
273 e enfatizou a importância de se apresentarem ao plenário pelo menos 3 (três) candidatos,
274 informando suas experiências e também para conhecimento do Plenário. João Ricardo (São
275 Bernardo do Campo) propôs a retirada da proposta do Roberto Terassi e Carlos Kogl
276 permanecendo a proposta da CT-PA e a mesma ser lida item a item e debatida para
277 inclusões e/ou retiradas conforme intervenções. Roberto Terassi recusou a sugestão de
278 retirada de sua proposta. Chico Brito colocou em votação qual a proposta que deverá ser
279 apreciada pelo Plenário. Com 7 (sete) votos favoráveis à proposta da ACISE/SASP e 24
280 (vinte e quatro) votos favoráveis à proposta da CTPA, a qual, portanto passou a ser
281 apreciada. Com alguns questionamentos referentes à necessidade ou não da contratação da
282 empresa, após colocado em votação, ficou decidida a contratação da empresa de apoio à
283 seleção por licitação. Chico Brito alegou ser favorável a contratação de empresa de seleção e
284 que a mesma faça a pré-seleção e traga ao Plenário um número "x" de pessoas que a CPS
285 considerar adequada. Hélio Rubens (SABESP) questionou sobre levar ao Plenário alguns
286 nomes sendo que esta era função da CPS. Chico Brito respondeu que não considera correto
287 a CPS trazer ao Plenário somente um ou três nomes justificando não haver problema algum
288 trazer o nome de 20 candidatos com tempo de apresentação de 20 minutos cada um,
289 exemplificou. Após questionamentos sobre qual seria o número de candidatos que deverão se
290 apresentar ao Plenário, foi colocado em votação as seguintes opções: (i): um; (ii) três; (iii) dez
291 ou (iv) vinte candidatos. Votaram a favor da apresentação ao Plenário de 20 candidatos, 9
292 (nove) representantes. 21 (vinte e um) representantes votaram a favor de trazer ao plenário
293 10 (dez) candidatos; 1 (um) representante votou favorável a três candidatos e nenhum

294 representante votou favorável a trazer ao Plenário, apenas 1 candidato. Portanto, serão
295 trazidos ao Plenário, 10 (dez) candidatos. Finalizada esta questão, Gerson Salviano (IPT),
296 Vanessa Apolinário (Santana de Parnaíba) e Francisca Adalgisa (APU) alegaram que seria
297 necessário estabelecer uma linha de corte na pontuação dos candidatos. Chico Brito
298 esclareceu que os candidatos não terão pontos adicionais. O Plenário irá considerar a
299 pontuação a cada um deles que será dada pela CPS e que nem sempre vence o candidato
300 com maior pontuação. Ressaltou também que não deverá haver grande diferença entre os
301 dez candidatos devido tamanho rigor dos critérios mencionados na Deliberação. Amauri
302 sugeriu que cada candidato elabore um plano de trabalho e o apresente ao Plenário. Dos dez
303 candidatos que irão ao Plenário, somente um será indicado ao Conselho Deliberativo que irá
304 tomar a decisão final. Vanessa Apolinário sugeriu convidar os representantes do Conselho
305 Deliberativo a participar da reunião Plenária do CBH-AT para que estes tenham conhecimento
306 dos dez candidatos pré-selecionados. Carlos (ACISE) informou ser desnecessário o
307 candidato ter sido “chefe” por dois anos, defendendo a ideia que poderia estar
308 desclassificando um candidato que nunca foi “chefe”. Sugeriu também que o candidato
309 comprove experiência profissional em Comitê de Bacia Hidrográfica em geral, não somente
310 do Alto Tietê. Chico Brito corrigiu a frase “Comitê de Bacia Hidrográfica” por “Sistema de
311 Recursos Hídricos”. Roberto Terassi (ACISE) solicitou a continuidade da reunião num outro
312 momento visto que algumas participações importantes, mencionando o SASP, não estavam
313 mais presentes. Após votação, a reunião prosseguiu com 19 votos favoráveis, 3 contrários e
314 uma abstenção a esta continuidade. Claudete Hann (Fundação Florestal) informou que estava
315 faltando no critério de impedimento relacionado ao parentesco da empresa a ser contratada.
316 Carlos sugeriu a retirada item 2.3i. Foi acatada a sugestão. Referente à Comissão, Francisca
317 sugeriu o impedimento de participação de membros e representantes do conselho deliberativo
318 da FABHAT. Com 13 (treze) votos favoráveis, 6 (seis) contrários e quatro abstenções, a
319 sugestão foi aceita. Com relação à formação da Comissão estabeleceu-se que será formado
320 por três representantes de cada segmento (Estado, Sociedade Civil e Municípios), com 9
321 (nove) votos. Devido ao adiantado da hora, as indicações dos componentes da Comissão
322 pelos segmentos serão realizadas no início da próxima Plenária. Amauri informou que a
323 deliberação será ajustada de acordo com as intervenções e encaminhada a todos para que
324 possam fazer suas colocações, no que couber, num prazo de 5 (cinco) dias. Colocado em
325 votação, a deliberação foi aprovada com 26 votos favoráveis e uma abstenção. Esta ata
326 constitui o resumo dos registros de filmagem da reunião e foi elaborada pela Secretaria
327 Executiva do CBH-AT.